

PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E AO EMPREGO (PRONATEC): AÇÕES NO CAMPUS SANTA CRUZ DO IFRN

[Amanda Raphaela Pachêco de Melo](#) - Rosângela Araújo da Silva

RESUMO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado no primeiro mandato de governo Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.513, de 2011, este programa tem como finalidade a ampliação da Educação Profissional. O presente trabalho pretende analisar o processo de implementação da política do PRONATEC no *Campus* Santa Cruz do IFRN, no período de 2012 a 2014, em termos de número de vagas ofertadas, a quantidade de alunos matriculados, os cursos, modalidades e eixos tecnológicos. A metodologia empregada foi bibliográfica e documental, utilizamos a abordagem quali/quantitativa para ampararmos nossas discussões. O estudo demonstra que a oferta pautou-se em 6 (seis) eixos tecnológicos orientados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), porém não obtivemos informação quanto ao quantitativo de conclusão. Então nossas considerações versarão sobre os matriculados em termos de quantitativos e arcabouço social.

PALAVRAS-CHAVE: Campus Santa Cruz do IFRN, Implementação, PRONATEC.

NATIONAL PROGRAM FOR ACCESS TO TECHNICAL EDUCATION AND EMPLOYMENT (PRONATEC): ACTIONS AT THE IFRN SANTA CRUZ CAMPUS

ABSTRACT

The National Program of Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) was created in the first term of government Dilma Rousseff, through Law No. 12,513, of 2011, this program has the purpose of expanding professional education. The present work intends to analyze the process of implementation of the PRONATEC policy in the Santa Cruz Campus of the IFRN, in the period from 2012 to 2014, in terms of the number of vacancies offered, the number of students enrolled, the courses, modalities and technological axes. The methodology used was bibliographical and documentary, we used the qualitative / quantitative approach to support our discussions. The study shows that the offer was based on 6 (six) technological axes oriented by the Secretariat of Professional and Technological Education (SETEC), but we did not obtain information on the quantitative of conclusion. Then our considerations will be on those enrolled in terms of quantitative and social framework.

KEYWORDS: Campus Santa Cruz of the IFRN, Implementation, PRONATEC.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, o Estado brasileiro esteve marcado pela crise econômica, cujo desemprego, inflação alta e os baixos salários causavam uma verdadeira catástrofe social (OLIVEIRA, 2004). Diante desse quadro, iniciou-se o processo de reestruturação do país baseado na produção e implantação do ideário neoliberal, que consiste na mínima intervenção do Estado no setor econômico e social, tendo o mercado como viés orientador.

Este contexto teve implicação direta na educação brasileira, expressando-se em políticas educacionais alinhadas aos princípios neoliberais. Neste sentido, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998 e 1999 – 2003), foram elaborados diversos documentos legais que promoveram uma reforma educacional. No âmbito da Educação Profissional, destacamos o Decreto 2.208/1997 como elemento principal dessa reforma, visto que estabeleceu a separação obrigatória entre essa modalidade de ensino e o Ensino Médio.

Dessa forma, o art. 5º, do referido Decreto, propõe que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser ofertada de forma concomitante ou subsequente a este” (BRASIL, 1997). Com isso, estabelece a separação entre o ensino propedêutico e a Educação Profissional, impossibilitando uma formação integrada. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), essa medida regulamenta formas fragmentadas e aligeiradas da Educação Profissional, sendo justificada pela necessidade de atender o mercado de trabalho.

Em 2003, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou-se o processo de discussão de uma proposta que rearticulasse o Ensino Médio com a Educação Profissional. Essa conjuntura culminou na revogação do Decreto nº 2.208/1997 pelo Decreto nº 5.154/2004, instituindo o restabelecimento da integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional.

Para isso, o art. 4º, § 1º, propõe que a Educação Profissional de Nível Médio seja ofertada da seguinte forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer [...];

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004, p. 1).

Cabe ressaltarmos que esse instrumento legal não rompeu com a separação entre a Educação Profissional e o Ensino Médio, visto que sustenta concepções que orientam o Decreto nº 2.208/1997. Ademais, no segundo mandato do presidente Lula (2007 – 2010), houve o desenvolvimento de outras políticas educacionais voltadas para orientação do processo de

expansão da Educação Profissional, quais sejam: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Programa Brasil Profissionalizado, pelo Decreto nº 6.302, e a expansão da Rede Federal, com a criação dos Institutos Federais.

Dando continuidade à forma do governo Lula, em 2011, Dilma Rousseff assumiu a presidência da república. Uma das frentes de investimento, no âmbito educacional, desse governo foi à expansão da Educação Profissional, mediante o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Lei nº 12.513/2011. Dessa maneira, este artigo pretende analisar o processo de implementação do PRONATEC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – *Campus Santa Cruz*, no período de 2012 a 2014.

Para tanto, dividimos este estudo em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção, discutimos de forma crítica os documentos legais que normatizam e orientam o PRONATEC. Na terceira, caracterizamos o lócus de pesquisa, assim apresentamos um breve histórico do *Campus Santa Cruz* do IFRN, apontando os cursos e modalidades ofertadas e o perfil do alunado atendido pela instituição.

Em seguida, na quarta seção, apresentamos e discutimos os dados relativos à execução do PRONATEC no lócus supracitado. Assim, consideramos o número de vagas ofertadas, a quantidade de alunos matriculados, os cursos ofertados e os seus referidos eixos tecnológicos. Por fim, tecemos as considerações finais, nas quais destacamos as principais indicações sobre os dados analisados.

2 PRONATEC: DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

A presidenta Dilma Rousseff lançou no dia 28 de abril de 2011, sob o discurso de falta de mão de obra qualificada, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Durante a cerimônia ela afirmou que, “[...] em alguns casos, falta mão de obra qualificada, em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária derivada das nossas necessidades, da indústria, do comércio, dos serviços, enfim, do sistema produtivo”. (BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2011). Dessa maneira, a criação do PRONATEC é justificada pela demanda de qualificação da força de trabalho para o mercado de trabalho.

Ao refletirmos sobre o discurso, percebemos uma narrativa ancorada na empregabilidade e na teoria do Capital Humano, em que o desenvolvimento econômico e o acesso à renda para os indivíduos estão correlacionados à qualificação da força de trabalho.

Nesse sentido, a teoria do Capital Humano, proposta por Schultz (1973), defende a ideia que a qualificação e o aperfeiçoamento procedente de investimentos em educação contribuem no processo produtivo e, conseqüentemente, trazem retorno ao trabalhador. Frigotto explicita que,

[...] o raciocínio da concepção do capital humano, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da renda individual, é que a educação, o treinamento são criadores de capacidade de trabalho. Um investimento marginal (pelo menos até certo nível) em educação ou treinamento permite uma produtividade marginal. Concebendo o

salário ou a renda como preço do trabalho, o indivíduo, produzindo mais, conseqüentemente ganhará mais. (FRIGOTTO, 2001, p. 50).

De acordo com essa ideia, a individualidade determina a posição econômica e social que o indivíduo se encontra, desconsiderando que o acesso à escola, os tipos e níveis de escolas, bem como, o desempenho ou rendimento escolar estão em função de um conjunto de fatores sócio-econômicos, construídos historicamente (FRIGOTTO, 2001).

Assim, o PRONATEC foi criado no primeiro mandato de governo Dilma Rousseff (2011 – 2014), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Implantado pela Lei nº 12.513/2011, elenca no parágrafo único, do artigo 1º, os objetivos do programa:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica;
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011, p. 1).

O programa busca atender, prioritariamente, estudantes do Ensino Médio público, trabalhadores (agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores), beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham concluído o Ensino Médio na rede pública ou em instituições privadas em condição de bolsista integral. As ações desenvolvidas pelo PRONATEC também contemplaram os povos indígenas, quilombolas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas com deficiência, oferecendo condições de acessibilidade e participação plena. (BRASIL, 2011). Priorizando esse público alvo, o PRONATEC volta-se para o atendimento das populações minoritárias marginalizadas e em situações de risco social.

Os cursos ofertados são divididos em: Educação Profissional Técnica de Nível médio e formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional. Ambas as modalidades são organizadas em 13 eixos tecnológicos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Eixos tecnológicos dos cursos do PRONATEC.

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde
Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais
Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social
Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios
Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação

Eixo Tecnológico: Infraestrutura
Eixo Tecnológico: Militar
Eixo Tecnológico: Produção Alimentícia
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design
Eixo Tecnológico: Produção Industrial
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais
Eixo Tecnológico: Segurança
Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer

Fonte: Elaborada a partir de informações encontradas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (2016) e no Guia Pronatec de Cursos FIC (2016).

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (2016) e o Guia Pronatec de Cursos FIC (2016), são ofertados 873 tipos de cursos pelo PRONATEC. São 227 na modalidade técnica de nível médio, com carga horária de 800 a 1200 horas e 646 na modalidade FIC, com 160 a 400 horas de duração. Com relação aos cursos técnicos de nível médio, esses devem ocorrer de forma integrada, concomitante ou subsequente, conforme orientações dispostas no Decreto nº 5.154/2004.

Ressaltamos que, de acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação (BRASIL, 2015), entre 2011 e 2014 foram realizadas 8,1 milhões de matrículas nos cursos oferecidos pelo PRONATEC, sendo 5,8 milhões na modalidade FIC e 2,3 milhões em técnicos de nível médio. Mediante isso, podemos observar a predominância pelos cursos de formação inicial e continuada, tal que mais de 70 % do total de matrículas foram realizadas nessa modalidade.

Ao propor cursos de curta duração, por meio da modalidade FIC, e o médio técnico concomitantemente, o programa sinaliza para uma formação aligeirada e meramente técnica para os sujeitos marginalizados e que vivem em situações de vulnerabilidade social. Reforçando o dualismo estrutural da educação brasileira, em que se destina aos filhos da classe trabalhadora a formação técnica-instrumental.

Para alcançar as finalidades e objetivos do PRONATEC, o artigo 4º aponta um conjunto de ações, são elas:

- I - ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
 - a) Bolsa-Formação Estudante; e
 - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI - fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII - apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII - estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - articulação com o Sistema Nacional de Emprego.
- X - articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013) (BRASIL, 2011, p. 02).

Entre as ações expostas, destacamos a Bolsa-Formação, que visa garantir o acesso gratuito aos cursos técnicos, FIC ou de qualificação profissional, custeando as matrículas e os gastos com alimentação e transporte dos alunos. Conforme o beneficiário, a Bolsa-Formação pode ser na modalidade Estudante (cursos técnicos) ou Trabalhador (cursos FIC ou de qualificação profissional).

Destacamos, ainda, que o artigo 3º, incorporado pela Lei nº 12.816/2013, garante que os cursos do PRONATEC sejam oferecidos por todas as redes de ensino, incluindo instituições privadas. Nesse sentido, o programa possibilita a transferência de recursos públicos para as instituições privadas. (BRASIL, 2013).

De forma geral, entendemos que a expansão da Educação Profissional por meio do PRONATEC nasce fruto de um discurso de qualificação para o mercado de trabalho, apontando para uma retomada da teoria do Capital Humano. Além disso, ao priorizar os cursos de curta duração (FIC) e oferecer os cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente, o programa restringe o acesso às bases mais amplas do conhecimento, reiterando uma formação aligeirada e fragmentada a classe trabalhadora.

3 O IFRN – CAMPUS SANTA CRUZ

Considerando um momento em que o país passava por intensas mudanças econômicas e sociais, a escola técnica se transforma em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), que procurava se adequar às exigências da nova realidade social. Sendo a educação brasileira estruturada pela nova LDB, que a divide em dois níveis – educação básica e educação superior – e, desta forma, a Educação Profissional não está em nenhum dos dois, materializa-se a dualidade de forma bastante explícita. Segundo Dante (2010), a Educação Profissional está ora da educação regular brasileira.

O governo federal com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país e criou os 38 Institutos Federais que existem em nosso território, que transforma os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estas instituições de educação são especializadas em oferecer Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

A implantação do *Campus* Santa Cruz, que resultou de uma parceria entre o IFRN, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC/SETEC, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz. O *Campus* foi instalado no bairro do Paraíso, o maior bairro do município, com um terreno ocupado inicialmente de 32.866 m², equivalente a 3,28 hectares, que foi desapropriado pelo município e doado em 2007 ao então CEFET-RN (atual IFRN) como contrapartida do poder municipal à instalação desta unidade.

O Instituto Federal do Rio Grande do Norte iniciou suas atividades na cidade de Santa Cruz em setembro de 2009, com cursos de Técnico Integrado PROEJA, Técnico Subsequente em

Informática e Refrigeração e Climatização, em nível médio, e em nível superior com Graduação em Licenciatura em Física. No primeiro semestre de 2010 iniciaram-se as turmas de Ensino Médio Técnico Integrado em Informática e Refrigeração e Climatização. Em 2012, a instituição integrou as suas ofertas a Graduação em Licenciatura em Matemática e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), cujo órgão demandante foi o Ministério do Desenvolvimento Social.

A implantação destes cursos foi prevista e estruturada nos documentos institucionais Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRN. O PRONATEC tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. Com o intuito de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância.

4 O PRONATEC NO CAMPUS SANTA CRUZ

Para apresentarmos as ações do PRONATEC no Campus Santa Cruz, faremos uma avaliação de desempenho, nos quais examinaremos o número de vagas ofertadas e o número de matrículas alcançadas, nos devidos cursos ofertados, de acordo, com a tabela 1, temos as informações sobre o ano de 2012.

Tabela 1: PRONATEC no Campus Santa Cruz em 2012.

Eixo Tecnológico	Cursos	NV	NM
Controle e Processos Industriais	Ajustador mecânico	40	39
	Desenhista mecânico	40	0
	Mecânico de manutenção de máquinas industriais	80	69
	Mecânico de manutenção de refrigeração e climatização doméstica	80	49
Gestão e Negócios	Auxiliar de recursos humanos	80	72
	Auxiliar de tesouraria	40	43
	Auxiliar financeiro	40	0
	Vendedor	80	79
Informação e Comunicação	Montagem e manutenção de computadores	90	79
	Operador de computador	160	123
Infraestrutura	Eletricista instalador predial de baixa tensão	80	52

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz. NV - Número de vagas; NM – Número de matrículas.

Temos uma oferta total de 810 vagas divididas nos quatro eixos tecnológicos, conforme resumimos na tabela 2.

Tabela 2: Total de ofertas em 2012 do PRONATEC.

Eixo Tecnológico	NV	NM	%
Controle e Processos Industriais	240	157	65,4 %
Gestão e Negócios	240	194	80,8 %
Informação e Comunicação	250	202	80,8 %
Infraestrutura	80	52	65,0 %
Total	810	605	74,7 %

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz.

Desta forma, observamos que neste primeiro ano de oferta do PRONATEC no Campus Santa Cruz, atingiu-se 74,7 % (por cento) de matrículas dentre o quantitativo de vagas ofertadas. Em continuidade do programa, vamos observar os dados para o ano de 2013, conforme tabela 3.

Tabela 3: PRONATEC no Campus Santa Cruz em 2013.

Eixo Tecnológico	Cursos	NV	NM
Controle e Processos Industriais	Ajustador mecânico	40	23
	Instalador de refrigeração de climatização doméstica	40	38
	Mecânico de máquinas industriais	40	38
	Mecânico de ar condicionado automotivo	40	37
Gestão e Negócios	Auxiliar de recursos humanos	40	40
	Vendedor	40	40
Informação e Comunicação	Montagem e reparador de computadores	30	28
	Operador de computador	30	18
Desenvolvimento Educacional e Social	Auxiliar de secretaria escolar	40	32

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz. NV - Número de vagas; NM – Número de matrículas.

Em 2013 houve a oferta total de 340 vagas, um fator importante a se observar é o decréscimo no quantitativo de ofertas de 2012 para 2013, vejamos agora como estas vagas foram distribuídas nos quatro eixos tecnológicos, conforme resumimos na tabela 4.

Tabela 4: Total de ofertas em 2013 do PRONATEC.

Eixo Tecnológico	NV	NM	%
Controle e Processos Industriais	160	136	85,0 %
Gestão e Negócios	80	80	100,0 %
Informação e Comunicação	60	46	76,7 %
Desenvolvimento Educacional e Social	40	32	80,0 %
Total	340	294	86,5 %

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz.

Nesta síntese sobre 2013, se por um lado diminuiu a oferta de vagas, aumentou o percentual de inscritos nos cursos do PRONATEC, no qual o eixo tecnológico de Gestão e negócios teve cem por cento de matrículas preenchidas. Apresentaremos o ano de 2014, ultimo momento em que o campus ofereceu cursos pelo programa, disposto conforme a tabela 5.

Tabela 5: PRONATEC no Campus Santa Cruz em 2014.

Eixo Tecnológico	Cursos	NV	NM
Controle e Processos Industriais	Instalador de refrigeração de climatização doméstica	40	40
	Mecânico de ar condicionado automotivo	40	42
	Torneiro mecânico	30	30
Gestão e Negócios	Auxiliar administrativo	20	20
	Auxiliar de recursos humanos	40	42
	Vendedor	40	41
Informação e Comunicação	Montagem e reparador de computadores	60	28
Produção Cultural e Design	Assistente de produção cultural	40	0

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz. NV - Número de vagas; NM – Número de matrículas.

Um ponto importante sobre a oferta das 310 vagas em 2014, foi que para das 8 (oito) turmas ofertadas, apenas duas não atingiram todas as matrículas, destas tem-se 3 (três) turmas com alunos sendo matriculados no lugar de desistentes. Na tabela 6 vamos resumir.

Tabela 6: Total de ofertas em 2014 do PRONATEC.

Eixo Tecnológico	NV	NM	%
Controle e Processos Industriais	110	112	101,8 %
Gestão e Negócios	100	103	103,0 %
Informação e Comunicação	60	28	46,7 %
Produção Cultural e Design	40	0	0,0 %
Total	310	243	78,4 %

Fonte: Coordenação do PRONATEC Campus Santa Cruz.

Observamos um decréscimo menor de ofertas de vagas, mas enquanto os eixos de Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios atingiram mais de cem por cento das matrículas oferecidas, os outros dois eixos não tiveram sucesso no preenchimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos pertinente traçar os três anos de ofertas do PRONATEC pelo *Campus* Santa Cruz, mostrando o quantitativo de vagas para cada ano, com um número de 810 vagas em 2012, das quais tivemos 605 matrículas, cujo percentual foi de 74,7%. Em 2013 o total de vagas de 340, um decréscimo de aproximadamente 42% em relação ao ano inicial, em contrapartida houve um percentual de matrículas superior, atingindo 294 matrículas, o equivale a 86,5% das ofertas. No período da última oferta, com 310 vagas, observamos turmas completas, e uma turma vazia, o que resultou em apenas 243 matrículas, equivalente a 78,2%.

Neste contexto, ao se propor a determinar o que a política pública do PRONATEC produziu, em termos do *Campus* Santa Cruz ofertou-se 1460 vagas nos 3 anos, sendo matriculados 1142 alunos, o que representa 78,2% das, é importante ressaltar que não foi possível determinar o número de concluintes, ou seja, se o programa atingiu os objetivos definidos.

Destacamos, ainda, que os cursos ofertados, no período em análise, vinculam-se aos seguintes eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Desenvolvimento Educacional e Social e Produção Cultural e Design. Desse modo, abrangem 6 (seis) dos 13 (treze) eixos orientados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego.** 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-ao-emprego>. Acesso em: 06 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 08 set. 2018.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC/bolsa formação

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Histórico.** Santa Cruz: IFRN, 2010. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/campus/santacruz/institucional/historico.html>>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Portal da Memória.** Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <<http://portal2.ifrn.edu.br/centenario/cronologia>>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 - 2014.** Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/planejamento/PDI__2009_2014_Versao_Final%20-2029%2006%2009%20%20as%2018h30%20-%20encaminhada%20ao%20MEC.pdf/view>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto político-pedagógico do CEFET-RN:** um documento em construção (2004 a 2006). Natal: IFRN, 2006. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=documentos:ppp_2004.pdf>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto político-pedagógico do IFRN:** uma construção coletiva. Natal: IFRN, 2012. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico>>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. Ministério da Educação. **PRONATEC.** Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 14/07/2019.

_____. **Lei nº 12.816, de 5 de junho de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12816.htm>. Acesso em: 29 set. 2018.

_____. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

_____. **Catálogo nacional dos cursos técnicos.** 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>>. Acesso em: 29 set. 2018.

_____. **Guia Pronatec de Cursos FIC. 2016.** Disponível em: <https://map.mec.gov.br/attachments/74900/guia_pronatec_de_cursos_fic_2016.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHULTZ, T. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Trad. De Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar, p.31 – 52, 1973.